REVISTA DIGITAL ACADÊMICO MUNDO

IDENTIDADE E MEMÓRIA: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-CULTURAL DO POVO CHUABO EM QUELIMANE

IDENTITY AND MEMORY: A HISTORICAL-CULTURAL ANALYSIS OF THE CHUABO PEOPLE IN QUELIMANE

IDENTIDAD Y MEMORIA: UN ANÁLISIS HISTÓRICO-CULTURAL DEL PUEBLO CHUABO EN QUELIMANE

https://doi.org/10.56238/ramv20n17-001

Data de submissão: 17/05/2026 **Data de publicação:** 01/07/2026

Regina da Cruz Caminho Nhanengue
Mestre em Ensino de História
Instituição: Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia
Maputo, Moçambique
E-mail: reginacaminho@yahoo.com.br

RESUMO

A Identidade e memória: uma análise histórico-cultural do povo Chuabo em Quelimane representa uma abordagem actual sobre a memória histórico-cultural do povo chuabo residente no Distrito de Quelimane focando particularmente na sua historicidade, colhendo a percepção dos nativos sobre como se observam, como se conhecem e acima de tudo como conservam e como é transmitido por gerações as suas memórias histórico-culturais e neste estudo focando por essas raízes histórico-culturais relacionadas ao surgimento do nome Quelimane, e praticas económicas, e sociais do povo que ocupa o território denominado Quelimane (o povo Chuabo). O nosso objectivo com este artigo é analisar as formas de identificação e de memorização social deste povo sobre sí mesmo. Para a concretização desta pesquisa recorremos essencialmente a uma pesquisa qualitativa com natureza etnográfica apoiada pela pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturada e observação participante que possibilitaram desde a pesquisa do material escrito e publicado sobre a matéria e o contacto mais directo os nativos de forma a obter maior clareza sobre as suas vivências costumeiras), diante das divergências sobre a origem do nome Quelimane, os estudos aqui realizados permitem-nos concluir que o nome não é de origem colonial, o nome deriva da linhagem dos limanes já existentes, este povo tinha, antes da presença portuguesa marcada com a chegada de Vasco da Gama nome, uma economia própria, vida social e religiosa que também destacamos neste artigo.

Palavras-chave: Identidade. Memória. História. Cultura. Quelimane.

ABSTRACT

The Identity and memory: a historical-cultural analysis of the Chuabo people in Quelimane represents a current approach to the historical-cultural memory of the Chuabo people residing in the Quelimane District, focusing particularly on their historicity, gathering the perception of natives on how they see themselves, how they know themselves and above all how they preserve and transmit through generations their historical-cultural memories, and in this study focusing on these historical-cultural

roots related to the emergence of the name Quelimane, and economic and social practices of the people who occupy the territory called Quelimane (the Chuabo people). Our objective with this article is to analyze the forms of identification and social memorization of this people about themselves. To carry out this research, we essentially resorted to qualitative research with an ethnographic nature supported by bibliographic research, semi-structured interviews and participant observation that enabled the research of written and published material on the subject and more direct contact with the natives in order to obtain greater clarity on their customary experiences), given the divergences about the origin of the name Quelimane, the studies carried out here allow us to conclude that the name is not of colonial origin, the name derives from the lineage of the limanes that already existed, this people had, before the Portuguese presence marked by the arrival of Vasco da Gama, their own economy, social and religious life that we also highlight in this article.

Keywords: Identity. Memory. History. Culture. Quelimane.

RESUMEN

La Identidad y memoria: un análisis histórico-cultural del pueblo Chuabo en Quelimane representa un enfoque actual sobre la memoria histórico-cultural del pueblo Chuabo residente en el Distrito de Quelimane, enfocándose particularmente en su historicidad, recopilando la percepción de los nativos sobre cómo se ven a sí mismos, cómo se conocen y sobre todo cómo conservan y transmiten a través de generaciones sus memorias histórico-culturales, y en este estudio enfocándose en estas raíces histórico-culturales relacionadas con la aparición del nombre Quelimane, y prácticas económicas y sociales del pueblo que ocupa el territorio denominado Quelimane (el pueblo Chuabo). Nuestro objetivo con este artículo es analizar las formas de identificación y memorización social de este pueblo sobre sí mismo. Para llevar a cabo esta investigación, recurrimos esencialmente a investigación cualitativa con naturaleza etnográfica apoyada en investigación bibliográfica, entrevistas semiestructuradas y observación participante que permitieron la investigación de material escrito y publicado sobre el tema y contacto más directo con los nativos para obtener mayor claridad sobre sus experiencias consuetudinarias), dadas las divergencias sobre el origen del nombre Quelimane, los estudios realizados aquí nos permiten concluir que el nombre no es de origen colonial, el nombre se deriva del linaje de los limanes que ya existían, este pueblo tuvo, antes de la presencia portuguesa marcada por la llegada de Vasco da Gama, su propia economía, vida social y religiosa que también destacamos en este artículo.

Palabras clave: Identidad. Memoria. Historia. Cultura. Quelimane.

1 INTRODUÇÃO

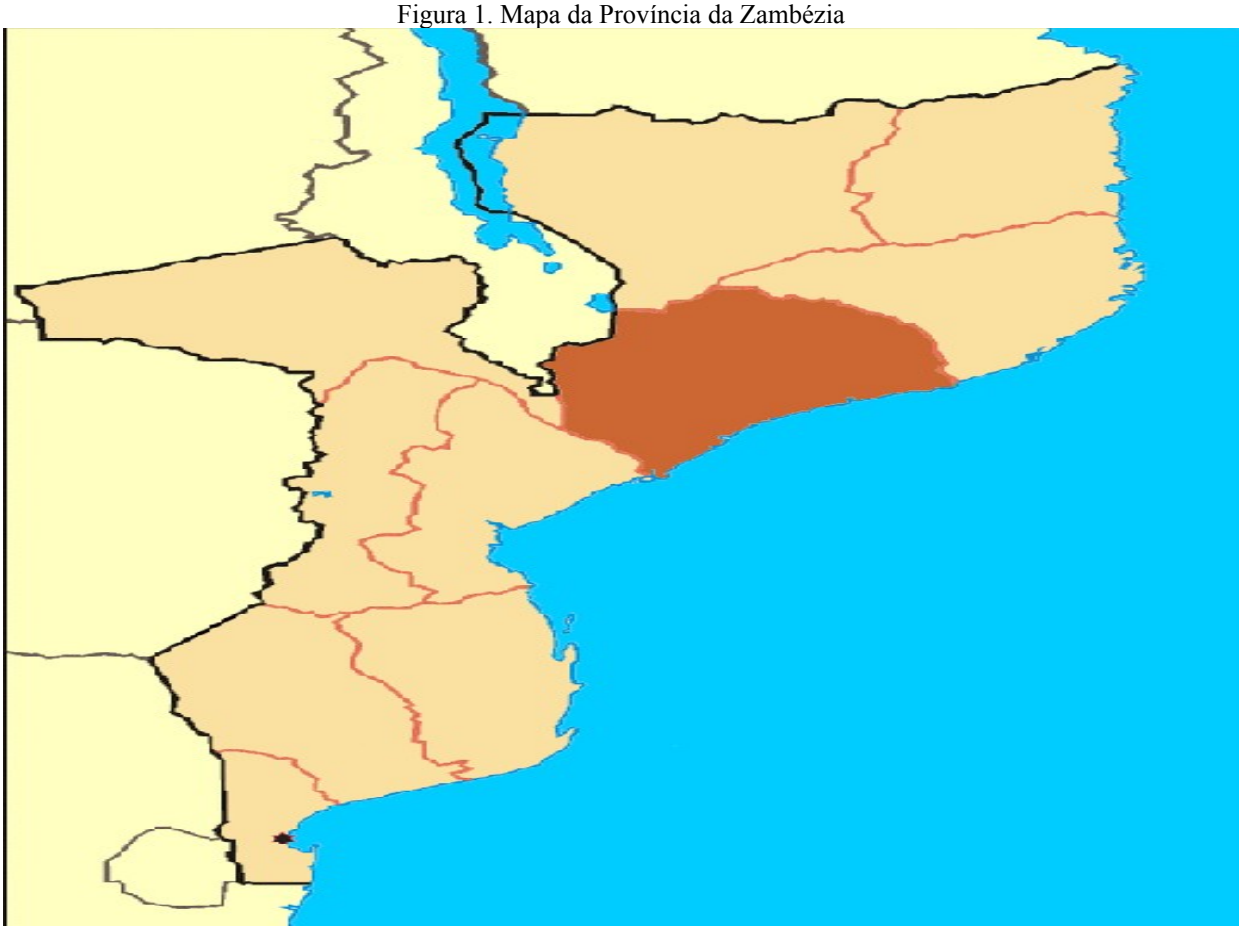
A memória histórico e cultural de um povo está assente na sua historicidade, que muitas vezes é cultivada e conservada na memória histórica do mesmo, a valorização da memória histórica do povo só é alcançada com o exercício da consciência histórica. Promover a consciência histórica sobre a historicidade do local para a nova geração parece nos tempos actuais inalcançável em um mundo mergulhado pela globalização onde conteúdos mais globais parecem interessar mais a nova geração tornando assim desafiador debater com os contemporâneos aspectos mais locais onde o maior protagonismo gira em torno de algo muito específico e particular. A história cultural do povo chuabo reflete um destes temas que apesar de muito transmitido por meio da oralidade pouco se escreve sobre o assunto, a origem do topónimo gera discussões, se por um lado alguns estudiosos afirmam certos de que foi atribuído pelos europeus outros referem se tratar de um nome mal pronunciado ou mal interpretado, contudo o que se conserva na memória histórica do povo Chuabo sobre a sua origem e cultura? Neste artigo científico buscamos responder a esta questão por meio de pesquisa qualitativa e descritiva a base de dados de pesquisa bibliográfica e entrevistas semi-estruturadas.

A pesquisa decorreu no território moçambicano, na província da Zambézia (Vide a figura 1. Mapa da Província da Zambézia)

ISSN: 2318-1494

2 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA E DO DISTRITO DE QUELIMANE, NÚMERO DE HABITANTES, LÍNGUAS FALADAS, QUESTÕES SÓCIAS CULTURAIS: CRENÇAS, DANÇAS, TRADIÇÕES

Figura 1. Mapa da Província da Zambézia



Fonte: Koehne, 2007

Segundo o anuário estatístico da Província da Zambézia (2019) divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística em 2019, geograficamente a Província da Zambézia localiza-se entre os paralelos 14º 59'51" e 18º 54'40" de latitudes Sul e os meridianos 39º05'00" e 35º17'53" de longitude Este. Com uma superfície de 105 808 km² distribuídos em 22 distritos, 55 postos administrativos 6 divisões municipais. Dentre várias reservas possuí um parque nacional denominado Parque Nacional do Gilé que ocupa uma área de 2100km². No topo leste da zona central de Moçambique, a Zambézia está limitada a norte pelas províncias de Nampula e Niassa, a leste pelo Canal de Moçambique, no Oceano Índico, ao Sul pela província de Sofala e a Oeste, para além a província de Tete, também o Malawi. Informação disponibilizada pelo anuário do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019:1).

ISSN: 2318-1494

Segundo o sítio do governo da província da Zambézia com acesso em (www.zambezia.gov.mz), acesso em 14 de Outubro de 2021 pelas 23:09 minutos, a Província da Zambézia foi formada a partir do Distrito da Zambézia do período colonial. O topónimo Zambézia foi criado em 1858 por decreto régio, abrangendo as capitanias de Quelimane e "Rios de Sena" (o Zambeze). O que hoje chamamos província da Zambézia foi durante muito tempo o "Distrito de Quelimane", criado em 1817, extinto e incorporado no de Sena em 1829 e reposto em 1853.

"(…), este he, aquelle famozo Zambeze que na língua dos cafres, significa Rey das agoas"

Serra (1986), afirma que, na sua obra de 1648, o padre Gomes escreveu. A mesma fonte afirma ainda que (1986), Do Zambeze derivou, certamente Zambézia. O topónimo Zambézia foi criado por decreto régio português em 1858 para nomear todos os territórios sob domínio da Coroa portuguesa no Vale do Zambeze, desde a foz do rio até acima do antigo presídio do Zumbo, anteriormente chamado de rio sena. Designou até fins de 1902, os distritos de Quelimane e Tete (criados respetivamente em 1817 e 1853).

Serra (1986), acrescenta ainda que, a partir daquela data, com a transformação de Tete em distrito autónomo a nossa actual Província da Zambézia passou a designar-se distrito de Quelimane, designação que perdurou, cremos até Distrito de Quelimane.

A província é multiétnica, podem-se encontrar na Zambézia, os povos lomué que se encontram mais a norte da província, e ocupam os distritos de Gurué, Alto-Molocué, Ile, Namarrói, Mulevala, Alto Ligonha, Gilé, os povos nharinga da Maganja da Costa, os povos manhauas que ocupam uma grande parte de Mocuba e Lugela, os nianjas de Milange, os povos chuabos em Quelimane, Inhassunge, Nicoadala, um pouco em Mopeia, os povos sena de Morrumbala, Mopeia, Dere entre outros sendo que são mais predominantes os povos lomué e chuabo.

Segundo o Censo 2017 a província conta com uma população total de 5 164 732 habitantes considerando uma taxa de omissão de 3.2%, sendo que, 2 476 395 homens e 2 688 336 mulheres. (INE, 2019:16).

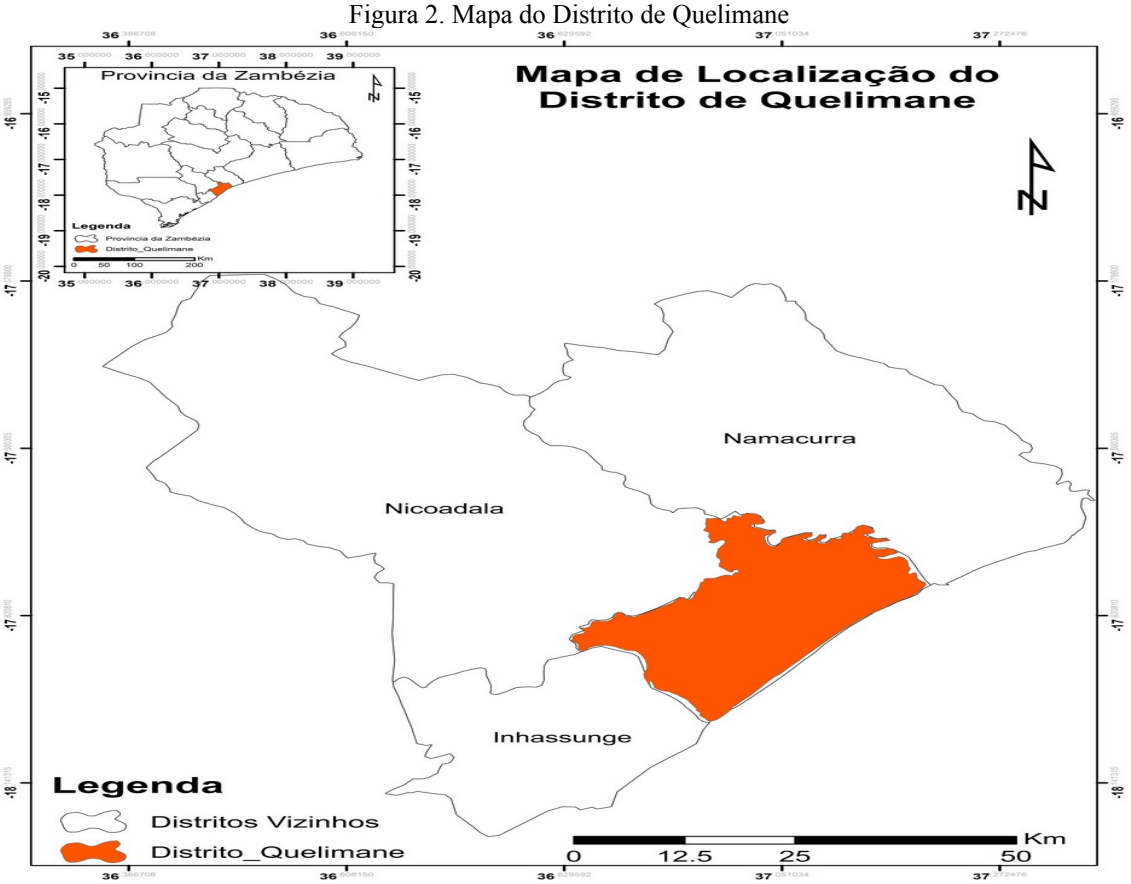
Comparado ao censo 2010 a população da Zambézia cresceu e este crescimento populacional está ligado a imigração populacional vindas de outras províncias com particular destaque para Cabo Delgado, Nampula e Maputo. Factores relacionados a escola em busca de Universidades dado o crescimento das mesmas, alguns estudantes acreditam que concorrendo de outras províncias para estudar na Zambézia tem grandes chances de admitir as universidades públicas. O terror provocado

pela guerra em Cabo Delgado também tem levado algumas pessoas a encontrarem na Província da Zambézia um refúgio, entre outros factores de índole pessoal como casamentos, etc.

O Povo Chuabo que se encontram na província da Zambézia, entre os Distritos de Inhassunge, Quelimane, Nicoadala, são falantes da 3ª língua mais falada na província, denominada echuabo, sendo deixada pelo português e o elomué. Ainda segundo o censo de 2017 o Echuabo representa a 7ª língua mais falada do País. (INE:2019).

2.1 DISTRITO DE QUELIMANE

Figura 2. Mapa do Distrito de Quelimane



Fonte: Mohamed Mia, (Mapa ilustrativo, desenhado especificamente para esta pesquisa), 2023

Segundo o INE (2019), o Distrito de Quelimane está limitado a norte pelo Distrito de Nicoadala a sul pelo Distrito de Inhassunge, Este pelo Oceano Índico e ao Oeste pelo Distrito de Namacurra. Ocupa uma dimensão territorial de 6285km2 de uma dimensão provincial de 105 808 km2 com uma densidade populacional de 671.2 hab/km2.

Actualmente, segundo Instituto Nacional de Estatística (2019), o Distrito de Quelimane ocupa uma extensão de 6285 km² e tem 421 844 habitantes com uma densidade populacional de 671.2 habitantes/km², no que concerne a rede escolar o distrito é coberto por uma rede pública distribuída da seguinte maneira: 129 edifícios escolares e 24 Unidades Hospitalares. Escolas do Ensino Primário do 1º grau, 82 escolas do Ensino Primário do 2º grau, 10 escolas secundárias gerais do 1º Ciclo e 5 do Escolas secundárias do 2º Ciclo, 2 Escolas técnicas e 1 de formação de professores e 2 do Ensino Superior. Instituto Nacional de Estatística.

A mesma fonte (2019) refere que, a rede escolar privada encontra-se da seguinte maneira: 11 escolas do Ensino Primário do 1º grau e 10 escolas do Ensino Primário do 2º grau, 8 escolas do Ensino secundário Geral do 1º Ciclo e 5 escolas do ensino secundário geral do 2º ciclo e 5 universidades.

No que toca a Saúde conta com 23 unidades sanitárias, sendo que, 1 Hospital Central e 1 Hospital Geral, 18 Centros de saúde e 3 postos de saúde. A taxa de cobertura de água potável é de 63% pelo Distrito de Quelimane e não muito diferente da eletricidade, que embora chega a todas a localidades ainda não é usada por todos. (INE, 2019)

Segundo o relatório estatístico do Instituto Nacional de Estatística (2021:13), a rádio continua sendo o meio de informação mais ouvido no País tendo uma cobertura nacional. Em Moçambique, as rádios continuam os meios de comunicação mais usados para a difusão de informação, devido a sua acessibilidade. A informação apresentada é recolhida através do inquérito mensal às rádios públicas, privadas e comunitárias, registadas no sistema estatístico nacional, sendo que para a análise foram captadas horas e línguas de emissão dos programas. Para 2021 “houve um aumento de estações radiofónicas registadas ao passar de 129 em 2020 para 163 em 2021.

Depois da rádio, seguem a televisão e os jornais. Apensar de estar a crescer o número de gravações de filmes feitos em Moçambique de curta e longa-metragem, estes poucos são assistidos. Livros, bibliotecas e museus muito pouco visitados.

Está ainda por esclarecer a origem do topónimo Quelimane. Entre as teorias que pretendiam explicar essa origem retivemos as de Dias Rafael e de Arrone Fijamo, escreveu o primeiro nos anos 50, citado por Cabral:

> Dos nativos originários do monte Limane [Ile], alguns pertencem ao próprio clã Limane ou alimane. Assim é, ao próprio, natural que os intérpretes que acompanhavam Vasco da Gama, conhecedores do significado do prefixo [interrogativo] <<qui>>, ao ouvir vem os Achuabo designarem-se por <<Limane>> os tratassem por <<Quilimane>>, fazendo referência a língua por eles falada. Por outro lado, segundo Arrone Fijamo, interrogados sobre quem eram pelos

ISSN: 2318-1494

> homens da armada português Vasco da Gama no rio Qúa-Qúa (Quelimane e na onomástica portuguesa mais oficial, Rio dos bons sinais) os Achuabo responderam Nalimane (somos do litoral) não sendo depois muito difícil passar de Nalimale para Quelimane.

(SERRA, 1986:42)

O topónimo Quelimane carrega consigo estas e várias outras versões, mas todas coincidem com a chegada de Vasco da Gama que interrogava ao povo que encontrou sobre quem eram, e estes responderam, Limani, Nikalimane, gerando aí vários significados, mas que mais tarde pela percepção de Vasco da Gama tratou de chamar este lugar de Quelimane. E caracterizou-lhes da seguinte maneira:

"A povoação de menor importância era a de Quelimane. Quando os portugueses ali aportaram em 1498, foram recebidos por uma população claramente africana, sem tofas, diferente da que tinham visto na Ilha de Moçambique"

(SERRA, 1986: 14)

Para reforçar este posicionamento trazido por Carlos Serra, podemos ler no Boletim oficial do Governo da Província de Moçambique [1]

> E esta gente he negra e sam homens de bons corpos e andam nus somente trazem hunns panos d'algodam pequenos com que cobrem suas vergonhas e os senhores desta terra trazem estes panos mayores e a molheres moças que nesta terra parecem bem ois beiços furados por três lugares e ali lhe trazem huns pedaços d'estanho retrocydos

2.2 POVO CHUABO

O povo chuabo localizado nos distritos de Namacurra, Nicoadala, Quelimane estão socio e culturalmente organizados. No que respeita a organização política o povo chuabo respeita a seguinte estrutura política, Samássua, Mwene e o Chefe de Zona.

Nas suas incursões o estado dos maraves tentaram incorporar Quelimane, isto por volta do século XVII, que era reclamada por Portugal que ocupava a costa e uma boa parte do norte de Quelimane.

Quando, em 1667, Manuel Barreto descreveu a situação, as zonas costeiras a norte de Quelimane e ao longo do rio Quá-Qua [2] encontrava-se arrendadas a título individual a portugueses, 'que têm o dever de assistir, com os seus cafres, à defesa do Chuambo [forte] quando chamados pelo capitão'. Os Maraves, que tinham 'sujeitado à força' os chefes macua de Bororo. Atacaram Quelimane

[1] Era assim como se denominava Moçambique. O que hoje é um País, foi antes considerada uma província ultramarina, por isso a denominação Província de Moçambique.

[2] Era assim como se chamava o rio Cua Cua escrito também Cuá-cua, que também foi chamado por Vasco da Gama como o rio dos bons sinais.

ISSN: 2318-1494

várias vezes, mas foram sempre rechaçados pelas fortificações. Não foi a última vez na História de Moçambique que a guerra e o banditismo no interior expulsaram refugiados em quantidade que afluíam à segurança relativa de uma cidade portuguesa da costa. (NEWITT, 1997:78)

Sob a proteção do forte e dos prazos da costa, um grupo de Bororos manteve-se independente do controlo marave, adoptando para sí o nome de 'gente do forte, ou Chuabos. Com o tempo, viriam a adquirir uma identidade étnica e um dialecto distintos. As 'gentes do forte' acabariam por ter as suas 'réplicas' nas populações vizinhas de todos os entrepostos comerciais portugueses, sendo possível estabelecer, em particular, um paralelismo com os tongas que viviam nos arredores de Inhambane e com as gentes de Sena da parte baixa do Zambeze, que, como os Chuabos, também foram buscar o seu nome a uma Cidade portuguesa. (NEWITT, 1997:79)

A Cidade de Quelimane dependia quase que inteiramente do papel por sí desempenhado enquanto porto de mar. Santos, que talvez a tenha visitado nos anos noventa do século XVI descreveu os palmares e o jardim onde Francisco Brocado, o *capitão-mor* dos Rios, possuía uma casa. Diz-nos também que qualquer visitante português que por ali passasse seria recebido pelos colonos nas suas próprias casas, enquanto ali, perto, "há uma pequena aldeia habitada por cafres e mouros pobres […] onde os marinheiros, quase sempre mouros, costumam procurar proteção"

Pelo exposto por Santos citado por Newitt fica claro que no século XVI, Quelimane era um aglomerado urbano e que os portugueses que aí residiam preferiam a zona ribeirinha por facilitar o refugiu para o "forte" que aí haviam construído e garantir-lhes segurança, mas sobretudo porque o interior ainda era demasiadamente desconhecido pelos portugueses. Próximo das suas casas havia aldeia que compunha a população nativa com casas construídas de material local tipicamente característica dos aglomerados africanos.

O Depoimento de António Pinto Miranda, extraído do livro de Newitt (1993:133) descreve da seguinte maneira Quelimane em 1766

> As Casas são feitas de madeira e barro e encontram-se cobertas de colmo. Para além dos baldios e do mato que por aí abundam, podemos encontrar inúmeros palmares, bem como pomares de laranjeiras, limoeiros, mangueiras, e outras árvores que não dão fruto, as quais servem para nos distrair da visão oferecida pelas casas em ruínas.

Caracteriza ainda como um autêntico baldio onde os tigres, as ticas e os hipopótamos passeiam a vontade, faz referência a prostituição referindo que as mulheres nativas serviam de concubinas aos

portugueses espalhados pela cidade, dez anos mais tarde esta descrição munda consideravelmente, pois em 1788 descreve como a cidade que apresentava um aspecto vagamente europeu.

3 HISTÓRIA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO POVO CHUABO

Segundo o nosso entrevistado EAF (2025),

> Antes da presença colonial, a organização social era feita pela selecção de pessoas mais "graúdos", e se escolhia a partir de uma figura ou pessoa denominada Mazambo que era o governador, e em cada zona havia responsáveis denominados Samássuas ou Mwenes "Regulo ou Chefes de Zonas ou Bairros" dos quais resolviam conflitos sociais. Havia também "Cabuteras" cabo-terra, estes eram homens enviados e que tinham como actividade capturar pessoas que cometiam infracções, estes usavam boinas, levavam bengalas pretas (feitas de pau-preto como símbolo de testemunho de autoridade dos Samaássuas ou Mwenes. Em caso de conflitos, estes eram resolvidos de uma forma hierárquica, começava por passar dos chefes das zonas até aos Samássuas. A população não tinha nenhuma obrigação de dar tributo aos Samassuas, pois eles faziam as suas próprias machambas e eram pagos os homens que prestavam serviços a estes.

Figura 3. Esquema 1. Organização política do povo chuabo antes da presença colonial



Fonte: Adaptado pela autora a partir das entrevistas em 2023

O *Samássua* era a autoridade máxima da zona sendo precedido pelo Mazambo, todos os casos que o Chefe a *Murrúdua* e o *Mwene* não conseguiam resolver eram remetidos ao *Samássua*, o poder era transmitido matrialmente por hereditariedade e raramente eram levados ao Mazambo.

Para o nosso entrevistado EAF (2025)

> Na época em que ele nasceu, área actualmente conhecida por mercado do Aquima era chamada de Chichiwa que traduzindo significa "zona". Nesta altura, a estrada que leva até Maquival era

> de linha férrea, e os transportes usados para se locomover para outros lugares eram comboios de carvão que era proveniente de cafuros de coco, e não eram comboios de colonos eram montados em formatos de caixa e com bancos, e pertenciam a companhia Zambeze, visto que na altura havia três companhias diferentes nomeadamente: Companhia Zambeze, Companhia Madal e Companhia da Borror. Portanto, cada companhia tinha suas plantações de coqueiros, a partir da Marginal até Maquival Rio, os coqueiros pertenciam a companhia Zambeze, os coqueiros da companhia Borror começavam de Namacata ate Namacurra, e os da companhia Madal a partir de Icidua até Madal. Portanto, nessa altura o povo que vivia em Quelimane se chamava Chuabo.

Acrescenta ainda a nossa fonte que, antigamente governou no distrito de Quelimane um Samássua chamado Sundi que vivia em Sangariveira, e um o régulo de nome Nikwapevo, actualmente chamado lembrado como Juenta.

A selecção dessas figuras não seguia um período específico de governação como actualmente, mas sim por motivos de velhice, morte, doença ou uma outra impossibilidade era sucedido pelo seu filho mais velho. Em casos da morte da esposa de um Samássua, as suas filhas sucediam o lugar da rainha.

Antigamente, como os grandes chefes eram os Samássuas ou Mwenes as suas esposas eram designadas rainhas, estas não exerciam nenhuma função além de mobilizar, sensibilizar e aconselhar as outras mulheres de como se comportar no casamento, eram consideradas grandes conselheiras na sociedade por isso eram muito respeitadas. (EAF, 2025).

4 ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O povo chuabo residente no distrito de Quelimane, é praticante da agricultura como base da sua economia, mas também se vale da pesca valendo-se de variedades de frutos do mar por conta do mar que banha o Distrito e vários rios que atravessam o distrito de Quelimane.

4.1 AGRICULTURA

A agricultura era e continua a ser a principal actividade económica, habitualmente designada por machamba. O Distrito já foi detentor do palmar mais longo tendo perdido por conta do amarelicento precoce do coqueiro uma praga que afecta os palmares. Para além do coqueiro que foi durante muito tempo a fonte da satisfação de direfentes áreas da vida social do povo chuabo, desde a alimentação, habitação, utensílios de uso doméstico, saúde e higiene, também é produzido o arroz, o feijão *nhemba* e *soroco,* a mandioca, batata-doce e o coco, que era muito importante para a vida económica e socia. Com o arroz fazia-se o *mathago*, *nipipa,* (papa de arroz moído) *micatih ou micate*

(broa), arroz cozido. O *micatih* também se pode fazer a base da mandioca, contudo o mais comum é com a farinha de arroz.

Como instrumentos básicos de uso doméstico destaca-se a enxada de cabo curto, a nhavanga, catana e a faca bastante afiada.

4.1.1 Importância do coqueiro

O coqueiro é de vital importância para este povo, visto que através dele conseguem satisfazer várias necessidades de vida. O coco é usado para a produção de óleo, do coqueiro extrai-se a *sura* (bebida local); cobertura de casas (as folhas do coqueiro, denominadas localmente por *nhoca*); a coluna da casa (com os troncos do coqueiro); produção de vassouras; a raiz do coqueiro é usada como medicamento e para produção de cadeiras; o leite do coco é usado para confecção de alimentos; a sua polpa e água (conhecida por *lanho*) usada para simples consumo e acredita-se que ajuda na recuperação de doenças como diarreias, ajuda os doentes com problemas de apetite; o tronco do coqueiro fazem-se portas, barrotes para a construção de casas caixões; fertilização de solos (com a casca do tronco); mobiliário (armários, camas, mesas, cómodas, etc). fazendo do coqueiro uma arvóre com enúmeras utilidades e significados para o povo chuabo. (EAJ, 2023).

4.2 O FRUTO DO MAR

Do mar são retiradas variedades de mariscos desde os mais pequenos aos maiores, peixes de diferentes tipos e tamanhos, camarão, carangueijo, alimentação do povo chuabo varia entre os productos agrícolas e os frutos do mar com pouca aderência a productos resultantes da caça pois que não é a caça principal fonte de economia, embora aparecem dos distritos vizinhos.

4.3 CEREAIS- CASO DO ARROZ

O povo chuabo é productor e grande consumidor de arroz, a terra favorece ao cultivo desta cultura, e cultiva-se variedades de arroz desde os menos aos mais perfumados e de cores. Com o arroz fazem-se o floco de arroz denominado *matago*, com a farinha de arroz, fazem-se bolinhos de arroz que se leva a cozer ou a assar, estas iguarias do povo chuabo muitas vezes tem como ingrediente principais arroz e coco.

4.4 GASTRONOMIA

Na gastronomia existe a *murradha*, que é uma massa feita na base de farinha de mandioca, ou de arroz. *Mucapata*: que é uma massa feita na base de feijão *soroco e arroz* cozido com leite de coco. Bebidas tradicionais: *Sura* retirada do coqueiro*, Catchaço, nipipa* (papa de arroz), *Todué,* um caramujo minúsculo que se extai dele uma carne com cores esverdeadas ou azul ele é misturado em caril de tomate, preferencialmente sem adição de qualquer tipo de gorduras ou óleo este caril bastante apreciado é consumido com *muradha wa randamo ou xima de farinha de mandioca*. (Comentário pessoal, 2024).

5 SOCIEDADE E RELIGIÃO

Entre os chuabos praticava-se o culto aos antepassados (prática do *Mukutho*) mais logo com a influência árabe o islamismo e só com a presença portuguesa o catolicismo. Quando um membro da comunidade tinha alguma preocupação, apresentava o seu problema ao Mwene, seguindo-se de um ritual, o denominado *Mukutho*, o qual era praticado na casa do Samássua. O Mukutho é um culto aos antepassados, com o objectivo de pedir a sua interceção aos espirítos ou deuses, de modo a resolver os problemas. Os principais deuses eram *Saloma* e *Muandoza*. O ritual consistia na oferenda de produtos alimentares aos deuses. E, nessas oferendas não se podia incluir valores monetários. A nível familiar, o responsável para orientar o *Mukutho* era o chefe da família ou os mais velhos. A evocação aos antepassados deve começar a ser feita aos antepassados da comunidade, *Saloma* e *Muandoza* e, só depois, aos antepassados da família.

O nosso entrevistado (EAF, 2025) falando sobre o ritual de mukutho ou simplesmente mucuto, afirmou que existiam dois tipos, o primeiro que era um ritual era feito através de uma cerimónia tradicional/comunitária, na qual usavam farinha de arroz, uma garrafa de aguardente de cana de açucar "vulgo katxasso", comida sem sal, e dai se invocavam os espíritos dos antepassados pelos nomes, a fim de pedir protecção, e de modo que as cerimónias ocorram da melhor forma. Também havia outro mukutho feito no cemitério que era frequentemente realizado quando aproximasse a época festiva, em que cada família de cada grupo, preparavam refeições e bebidas como forma de dar aos mortos porque o povo Chuabo acredita que os mortos também comem e isto ajuda as famílias a terem sorte no novo ano que se iniciava.

O lugar da mulher em Moçambique como refere Isaacman e Stephen (1984), no período pré-colonial a mulher não tinha um espaço determinante na sociedade, a sua participação em assuntos

socias era passivo e estando sempre sob a tutela do seu tutor masculino. Com a colonização este cenário veio a agudizar a sua condição.

Na sociedade Chuabo e maioritariamente das sociedades nortenhas, a tutela da mulher estava designada ao tutor masculino da linhagem da sua mãe, ou seja, o papel da mulher aqui era de alguma relevância. Se voltarmos para os Estados macuas vemos que era geralmente a mulher quem realizava as cerimónias mágico religiosas e tinha um papel mais activo que para o Sul de Moçambique.

Se por um lado é a mulher a principal responsável pela manutenção sadia da família, sendo ela quem confecciona, que muitas vezes, a partir do que existe deve definir como oferecer, controlando assim a dieta da sua família, a saúde, a higiene e etc., por outro lado aparece tutelada a figura masculina, esta controversa estende-se muito além da vida familiar, vai também a vida religiosa, política gerando assim uma omissão quase que premeditada da sua participação na sociedade.

A maior referência da participação das mulheres na vida social Chuabo registada nos eruditos é a do sistema de prazos e a participação das chamadas Donas da Zambézia. Esta parece ser a irrefutável presença das mulheres na historiografia zambeziana para além daquela subjectiva de productora e reproductora. As linhas propusemo-nos a explicar quem são e como são referenciadas as Donas da Zambézia na historiografia zambeziana.

Talvez o aspecto mais significativo da história das famílias afro-portuguesas se prenda com a posição poderosa e influente ocupada pelas mulheres detentoras de concessões referentes aos *prazos*, sendo também muitas vezes aquelas quem detinha o controlo efectivo das famílias *muzungo*. Este exemplo de poder matriarcal pode ser visto tanto a partir de uma perspectiva europeia como da sua correspondente africana (NEWITT 1997: 212)

A donas surgem de um plano engendrado por Portugal sob pretexto de zelar melas mulheres viúvas ou orfãs de pai que morresse a servir a coroa. Assim se a filha ou viúva aceitasse casar-se com alguém indicado pela coroa esta ganhava a prerrogativa de pedir concessões de terras e licenças de exploração renováveis por três gerações. Contudo este plano parecia não estar a dar certo, pois, muitas mulheres não aceitavam sair de Portugal, assim engendrou-se mais um plano, desta vez engendrou-se mais um plano, o de enviar para Moçambique mulheres chinesas da Ásia Portuguesa (Macau) para casar-se com portugueses. Assim surgiam as primeiras Donas.

Este gerou um outro pressuposto, uma rapariga em idade de contrair o matrimónio era, portanto um bem muito precioso visto que era a chave de aquisição de um prazo que com toda a certeza seria gerido pelo seu marido, ou Pai.

Contudo, a esperança de vida das mulheres era maior que a dos homens, fazendo assim que uma determinada dona, acumulasse prazos, escravos por casamentos.

Conta-nos Newitt (1997: 213) que, Ursula Ferreira contraiu matrimónio três vezes, unindo assim os enormes e ricos *prazos* de Gorongosa e Luabo. O seu último marido conseguiu sobreviver-lhe tendo em seguida casado com a muito famosa *Dona* Inês Garcia Cardoso, que, e por seu turno, casou mais duas vezes, depois do que, à data da sua morte, era proprietária de quatro importantes *prazos.*

Dona Inês Garcia Cardoso ou Ignez Garcia Cardozo era uma portuguesa de origem goesa, como maior parte das primeiras Donas do Zambeze.

O sistema de prazos fez surgir uma nova forma de alcançar a riqueza e claro uma elite e ainda um novo grupo social – os mestiços. Muitas vezes julgados por não serem suficientemente brancos e não totalmente negros.

Se para os europeus os mestiços eram negros ou goeses, para os africanos eram brancos ou goeses como se dizia em língua local *muzungo* (singular) *muzungos* (plural)

António Pinto Miranda, citado por Newitt (1997: 213-214), caracterizou as Donas da década sessenta como insolentes e altivas. (...). Possuíam entre quarenta e cinquenta escravos a viver dentro de casa, os quais as divertiam com "danças frívolas e indecorosa". Tanto de manhã como à tarde, enviam as suas escravas às casas das redondezas com a missão de cumprimentarem as amigas e de "perguntar o que se passa nas outras casa". Para ele, o cristianismo destas senhoras pouco ou nada diferia do praticado pelos escravos que lhes pertenciam, apresentando-se na igreja na companhia de "cinquenta ou mais escravas, a maior parte das quais pagãs"

O papel desempenhado pelas Donas no contexto do sistema de prazos vem demostrar como as mulheres que já tinham alguma participação activa nesta região ganhou ainda mais destaque. Detinham terras, escravos, uma vez casadas uma independência considerável.

Apesar de, e pelo lado português, pertencerem a uma cultura patriarcal que praticava a sucessão por via paterna, os portugueses instalados no Zambeze viviam entre (e governavam) povos matrilineares. (...) A posição de influência das *donas* do Zambeze e o facto de a herança passar de mãe para a filha deve ser encarado contexto das sociedades matrilineares por elas governadas. (NEWITT, 1997: 214).

As relações sociais entre as *donas* e a população africana era definida sobretudo pela quantidade de *prazos* que a *dona* possuía, isto é, quanto maior fosse o *prazo* maior a possibilidade de ser tratado como chefe e mais rico era considerado.

A memória colectiva ainda presente na sociedade chuabo remete-nos a acreditar que existia uma relação bastante contratada sobre as *donas.* Se por um lado António Pinto Miranda caracteriza as *donas* como assoberbadas a memória das mulheres zambezianas sobre as *donas* é no mínimo diferente de como é mencionada por em seu tese sobre as Donas de Quelimane, retratam as suas informantes que as *donas de Quelimane,* particularmente aquelas que vinham da ásia adoptavam crianças, faziam delas afilhadas, cuidavam delas mas são referenciadas como pessoas sem modos, falavam sem respeito com as pessoas as vezes até com seus maridos, alguns dos quais esforçavam-se para as ensinar boas maneiras, vislumbrava-se por meio delas poder e prestígio.

Segundo Rosário (2017:61) (...), as donas reconheciam-se pelas joias de ouro que adornavam, a maluata (pequena bolsa) onde carregavam as suas libras de outro. Faziam-se também carregar de machila (liteira), por onde andassem. As outras senhoras, também se adornavam com joias. Quanto menor o seu estatuto na sociedade feminina, menos precioso o metal com que se adornavam.

> O sentido de superioridade de umas em relação às outras incluía este domínio do comportamento "apropriado". O mau feitio das donas não foi mencionado apenas em relação à D. Eugénia. Outra informante fala de uma D. Ana, que herdara o terreno do pai ou do marido. "Metia medo, não queria confiança com as pessoas. [As pessoas] tinham respeito, não entravam na casa de qualquer maneira." Várias fontes da época mencionam D. Anna de Moraes Pimenta, "filha de D. Pedro José de Morais, de Vila Real de Trás-os-Montes, (…) uma senhora macaense, viúva do coronel. (ROSÁRIO, 2017:63)

Outro aspecto importante da sociedade onde se inseriam as donas eram as redes que elas estabeleciam tanto com os seus pares, como com a sociedade nativa. Seguindo a história de vida de uma das Donas de Quelimane, foi possível vislumbrar a rede de relações por elas estabelecidas entre si, o poder e prestígio que comandavam, apesar do declínio da instituição dos prazos e da sua própria capacidade económica. (ROSÁRIO, 2017:61)

As *donas* são mencionadas como possuidoras de um controlo sobrenatural e mitológico dos seus maridos advindo não apenas da magia, mas dos ritos de iniciação, eram elas mulheres iniciadas e realizavam danças erótica que por elas recebiam valiosos presentes dos seus maridos.

Segundo Newitt (1997: 215) A estrutura social dos *prazos* de maiores dimensões possuía toda a complexidade característica das relações feudais e senhorais da Europa medieval. Eram três os sistemas de autoridades que existiam em simultâneo, sendo espantoso o modo como conseguiam funcionar em conjunto.

- *Dona* acompanhada do seu marido e a sua família. Em prazos maiores era comum encontrar portugueses ou afro-portugueses (muitas vezes mestiços) contractados para gerenciar o prazo.
- *Prazos* pertencentes a igreja era representada por um padre jesuíta ou dominicano, que tinham a obrigação de fornecer escravos para carregamento ou descarga de barcos sempre que a coroa portuguesa solicitasse, bem com fornecer escravos para lutarem em favor da colónia e ainda, pagar uma renda anual e fazer crescer a economia das terras que lhe foram confiadas. Em troca lhes era permitido para além de ocupar as terras cobrar tributos e exigir a prestação de serviços por parte dos camponeses que para eles trabalhavam.
- Existiam nos prazos os habitantes livres designados por *colonos,* que podiam continuar a viver nas terras concessionadas as *donas ou nos prazos* chefiados por uma autoridade local designada por *fumo,* desde que, pagassem tributos (*mussoco*) ao fumo e este aos agentes do sistema *prazeiro, o* tributo que era pago anualmente e era composto por marfim, poalha de ouro, cereais. E uma taxa sobre os animais caçados cuja carne era consumida nos prazos. Para além destas era também gerada uma multa paga pelo fumo em casos der nascimento de crianças deformadas, surtos de doenças como a lepra.

Os proprietários dos prazos podiam igualmente interceder nas disputas entre os colonos. Muitas vezes era o chefe local que o fazia, e a pena traduzia-se em multas. Os proprietários dos prazos delegavam a função de mediação de conflitos aos *mocazambo* que era um funcionário africado delegado para esta tarefa. Se o *colono* em conflito quisesse recorrer da decisão apelava a intervenção do *capitão-mor da coroa* que acompanhado por especialistas em leis africanas ou mesmo em *muavi* reviam todo o processo de resolução do conflito.

Houve casos de senhores prazeiros que contrairam matrimónio com mulheres pertencentes a linhagens africanas mais importantes, e ainda casos de senhores dos prazos que, depois de mortos passaram a configurara alista dos espíritos com quem os feiticeiros conversavam.

Existiam também nos *prazos* uma figura muito importante dentro da classe dos escravos, eram os chicundas ou como podemos encontrar em outras literaturas por achicundas. Que configuravam uma espécie de melícia do *prazo.* Os chicunda eram adquiridos como escravos, por captura ou compra, as mulheres muitas vezes por captura com funções reproductivas e productivas. Os homens para a mão-de-obra como barqueiros, artesãos, portadores de mochilas, soldados e indivíduos que chegavam a ocupar funções de administrativos efectivos.

Existiam três estatutos especial dos escravos:

1. Os Butaca: aqueles que acompanhavam as *donas* uma especie de guardas pessoal;
2. Bandazios e bichos: aqueles que serviam na casa dos senhores dos prazos;
3. E, os escravos comuns.

Os escravos na sua maioria tinham uma vida comum, alguns inclusive ofereciam-se para serem escravos como uma possibilidade de ascencão de vida, visto que os escravos tinham a possibilidade de receber por oferta uma esposa e ter a possibilidade de formar família e até possuir escravos.

Livingstone citado por Newitt (1997) expressou admiração pela forma como no século XIX africanos se ofereciam para serem vendidos escravos, acto bastante comum na Zambézia. O acto de se ligar a uma das grandes casas afro-portuguesas era entendida como uma estratégia de sobrevivência em tempos de fome ou guerra, mas há que considerar como uma forma de prosperar e subir na vida, uma vez que os *senhores* do Zambeze recorriam aos serviços dos escravos para cobrar impostos, gerir suas casas chefiar missões diplomáticas e dirigir expedições coloniais.

5.1 PERÍODO DE GESTAÇÃO

A mulher em período de gestação devia passar por um ritual, *omaguiwamihi,* que era praticado por um curandeiro (*Nganga*), para fortalecer e proteger a criança. E, durante esse período, as mulheres grávidas não podiam comer ovo. Logo que a criança nasce, a mãe não pode salgar ou adoçar comida até que o curandeiro venha e a trate. Por outro lado, a criança não pode sair de casa também até que passe por um tratamento, ministrado por um curandeiro. Os Pais não podem envolver-se sexualmente e muito menos traírem um ao outro, caso o façam e toquem na criança esta pode desenvolver *ovhiamaningo*, uma doença que é caracterizada pelo atrofio dos olhos ou pernas, em que pode dificultar a mobilidade da criança. (EAJ, 2023)

5.2 PRIMEIRA MENSTRUAÇÃO

Opúleza: era um ritual feito às adolescentes depois da primeira menstruação. Tinha como função permitir que a rapariga tenha mais menstruações. A adolescente é levada para junto dos mais velho da família, o qual arranja determinadas folhas e raízes e lava as suas mãos. Em seguida, passa a aconselhar a rapariga, de modo a cuidar-se e proteger-se e ter cuidado nos relacionamentos com os homens.

5.3 PETHE (CASAMENTO TRADICIONAL)

Os noivos eram escolhidos pelos pais, sendo a escolha baseada no respeito que os pais tinham pela família que escolhiam. Depois de escolhida a família, eram os também os pais os responsáveis pelas negociações. Em todo o processo, os noivos não se podiam encontrar até a data do casamento.

Para o (EAF, 2025), a este primeiro momento das negociações era chamado de "*mavuso*" e depois seguia o "pethe", neste dia era levado um garrafão de aguardente "katxasso", vinho, ou comida e galinha. O homem levava a bebida e a comida era preparada na casa da noiva. Dai compartilhavam a refeição e levavam a noiva.

A família do noivo era responsável por preparar o veste para a noiva e oferendas como sabão, açucar, cigarro, dinheiro para a mãe da noiva. A irmã mais velha ou a tia da noiva eram as responsáveis por receber as oferendas. Eram elas também que instruíam a noiva em como devia se comportar durante o casamento.

5.4 MORTE

No caso da morte de um membro de família, a casa deve passar por um tratamento praticado por um curandeiro, *nganga,* de modo a evitar mortes consecutivas. Esse tratamento consiste na cozedura de uma galinha com chima de farinha de mandioca (*muradha a randamu)*, que os residentes da casa do falecido (a) consomem. Durante o tratamento, todos os bens do falecido devem estar dentro da casa, mesmo os que estão fora de casa, emprestados, por exemplo, devem voltar. Caso entrem na casa, depois do tratamento, bens não purificados, pode criar situações de doença. Após a realização da cerimónia fúnebre, a família deve reunir-se para uma conversa - *mitongololo.* Nessa conversa são orientados os membros da família em relação às proibições e distribuição de bens deixados pelo falecido (a).

Durante o período das cerimónias os membros da família não podem praticar sexo para não cria *(ovia maningo)* uma espécie de azar ou mortes consecutivas.

Na cerimónia de passagem de sete dias, geralmente prepara-se chá, pão e papas de arroz moído(*nipipa*). Não se consomem alimentos mais pesados tanto pelo respeito pela morte recente como pelos gastos financeiros que a família teve. (EAJ, 2023)

5.5 ARTE

A arte entre os chuabos é vasta, desde a arquitectura das casas a bases da matéria do coqueiro, paredes, cobertura, pilares. O Próprio coco, usado a sua casca (cafuro) fazem-se desde objectos de

adorno (pulseiras, brincos, ganchos de cabelos, pulseiras, até utensílios domésticos como *catcha* – uma espécie de copo usado em cerimónias para cartar *nipipa* da *bilha* (balde feito de lodo), taças com o designer comum das taças de vidro, talheres, vassoura.

Nas danças encontramos a dança *muthengo; dança muanama; dança cedho* praticada pelos mais velhos, em cerimónias tradicionais para defuntos. Dança *Nhambaro, Dança Yalula e Marimba:* Praticadas em iniciação, especialmente por jovens. Importa refereir que actualmente estas danças deixaram de ser praticadas apenas com as finalidades acima descritas e também como entretenimento cultural.

Segundo o nosso entrevistado (EAF, 2025) dentre outras danças as mulheres nesta época praticavam a dança também marimba, ekwethe, matxirondjeh, mudhala, muthengo. A dança mudhala, os homens vestiam capulanas das suas esposas, e usavam bengala.

Nas danças tradicionais usava-se macepe (na cintura) e massague (nos pés), instrumentos feitos a base de missangas e cafuro.

6 CONCLUSÕES

Neste artigo que descrevamos a história cultura; do povo chuabo, destacando a memória cultural ali presente, constatamos que existe uma consciência histórica muito presente entre o nativos sobre a sua origem, havendo portanto divisões sobre a origem do nome, enquanto uns defendem que o nome Quelimane surge da deturpação linguística quando se tentava repetir linhagem Limane outros defendem que o nome surge da má percepção da expressão cultivar que em língua Echuabo diz-se Kalimani, nisto uma coisa parece muito clara, este nome não foi atribuído pela passaegm dos europeus concretamente de Vasco da Gama, este povo assim como o seu nome já existiam, e experimentavam o seu crescimento antes da presença ocidental e colonizadora já tinham desenvolvido a sua cultura e politica, encontramos bastante conservadas nas memórias os vários rituais existentes, a sua religiosidade, sua politica com estrutura política organizada sua economia e tecnologias. A memória cultural bastante presente sobre a utilização da sua religiosidade, a valorização do meio ambiente como espaço de retirada de bens de subsistência e cultura como o caso do coqueiro.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *anuário de estatística da cultura,* 2021

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, anuário da Província da Zambézia, 2019

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, Relatório Estatístico de 2021

ISAACMAN, B., & STEPHEN, J. *A Mulher Moçambicana no Processo de libertação*, Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984.

KOEHNE, André. Mapa Ilustrativo da Província da Zambézia, disponível em https://pt.m.wikipedia.org 2007

MIA, Mohamed. Mapa sobre o distrito de Quelimane. 2023

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Publicações Europa-América, Portugal, 1997.

SERRA, Carlos. *Como a Penetração estrangeira transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos, exemplo da Zambézia (±200/1964).* Volume I. Núcleo editorial da UEM, Maputo, 1986

SERRA, Carlos. *Como a Penetração estrangeira transformou o modo de produção dos camponeses moçambicanos.* Volume II. Núcleo editorial da UEM, Maputo, 1986.